RESUMO DA REUNIÃO ON-LINE COM O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS, DR. PAULO CAFÔFO, E O CRAO

Nota: O resumo só abarca as intervenções da Presidente do CRAO, Rita Santos, que falou em nome dos conselheiros do Círculo China, Macau e Hong Kong, Armando de Jesus e Gilberto Camacho

1. Introdução

No passado dia 23 de Junho, o Conselho Regional da Ásia e Oceânia (CRAO), presidido pela Comendadora Rita Santos, e em que participaram os conselheiros do Círculo da China, Macau e Hong-Kong, Dr. Armando de Jesus (Secretário do CRAO), Eng. Gilberto Camacho (vogal do CROA) e as duas conselheiras da Austrália, Dra. Silvia Renda (Vice-Presidente do CRAO) e Dra. Melissa Silva (Vogal do CRAO), reuniu em videoconferência com o Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, Dr. Paulo Cafôfo, que contou também com as presenças do Embaixador Luis Almeida Ferraz, Director Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas, do Consul Geral de Portugal em Macau e Hong Kong, Embaixador Paulo Cunha Alves, do Embaixador de Portugal na Austrália, Dr. Pedro Rodrigues, do Assessor do Gabinete do Conselho das Comunidades Portuguesas, Dr. Duarte Caldeira, e da Técnica Superior, Dra. Ana Cristina Ribeiro.

O Sr. Secretário de Estado, Dr. Paulo Cafôfo, expressou o sentimento de solidariedade aos cidadãos de Macau, e em especial aos residentes Portugueses, neste periodo em que o território enfrenta o seu pior surto pandémico de COVID-19.

2. Resumo das actividades e apoios dos conselheiros às comunidades Portuguesas residentes no interior da China, Macau, Hong Kong, Tailândia e outros países da Ásia

A Presidente do Conselho Regional da Ásia e Oceânia, Rita Santos, fez a apresentação de um resumo das actividades e apoios dos conselheiros às comunidades Portuguesas residentes no interior da China, Macau e Hong Kong, e também em outros países da Ásia.

Foi também abordado o assunto dos regressos definitivos, de alguns membros da comunidade Portuguesa, tendo Rita Santos salientado que este facto se deveu ao elevado período de quarentena necessário para os estrangeiros, no seu regresso a Macau, após deslocação ao exterior, que inicialmente era de 21 dias, e que através da intervenção dos Conselheiros, e do único deputado Português, na Assembleia Legislativa de Macau, Comendador José Pereira Coutinho, foi reduzido para 10 dias, havendo a expectativa que o Governo da RAEM possa vir a reduzir o período de quarentepara 7 dias.

Esta persistência junto do executivo de Macau, por parte dos Conselheiros e do deputado, facilitou também o processo de autorização da entrada dos Portugueses em Macau, para o desempenho de actividades profissionais, tendo desbloqueado a contratação de 8

professores, para leccionar na Escola Portuguesa no próximo ano lectivo, informou ainda Rita Santos.

A Presidente, Rita Santos, transmitiu ainda ao Secretário de Estado que recebeu queixas dos Portugueses residentes em Macau, que foram contactados por empresários do Japão para trabalhar, mas que o Governo daquele país respondeu que só aceitaria Portugueses oriundos de Portugal.

O Sr. Secretário de Estado respondeu que não tinha conhecimento desse decisão do Governo japonês mas que iria procurar saber do assunto.

3. Ponto de situação sobre a Comunidade Portuguesa em Macau: Desafios e oportunidades. Regressos definitivos a Portugal. Reuniões com instituições de matriz portuguesa – Escola Portuguesa de Macau (EPM), Casa de Portugal em Macau (CPM), Associação dos Macaenses (ADM), Associação dos Jovens Macaenses (AJM), e Associação Trabalhadores Função Pública Macau (ATFPM)

A Presidente explicou ao Sr. Secretário de Estado que teve uma reunião de trabalho com o Presidente da direcção da Escola Portuguesa, Dr. Manuel Machado, onde lhe foi transmitido que, para além do bom funcionamento da escola, na formação de alunos que dominam bem a língua portuguesa, o número de alunos tem aumentado significativamente, nomeadamente nos últimos dois anos, e que 57% deles são de língua materna não Portuguesa, e que por falta de espaço nas actuais instalações, a EPM teve que recusar, no ano lectivo transacto, a inscrição de mais de cem candidatos. Embora o Governo da RAEM conceda subsídio à Escola Portuguesa, a Presidente Rita Santos salientou a necessidade de reforço de verbas, por parte do Governo de Portugal, para que possam ser construidas mais salas de aulas, para responder à totalidade das solicitações dos pais que pretendem colocar os filhos a aprender Português naquele estabelecimento de ensino. Para além da Escola Portuguesa, a Presidente tem mantido encontros e reuniões de trabalho com o actual Director do Instituto Português do Oriente (IPOR), Dr. Joaquim Ramos, instituição que tem efectuado um trabalho meritório nos cursos de formação de alunos Chineses, e na colocação de professores em escolas públicas, e privadas, de Macau, tendo os conselheiros do Círculo da China, Macau e Hong-Kong auxiliado na divulgação dos cursos organizados por este Instituto.

Rita Santos salientou ainda que, quando exercia o cargo de Secretária Geral Adjunta do Fórum de Macau, o Governo Central da RPC, na pessoa do Sr. Presidente Xi Jinping, expressou o seu apoio na utilização de Macau como plataforma de cooperação económica e comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, tendo indicado o território como centro de formação de bilingues, o que resultou num aumento substancial do número de alunos interessados na aprendizagem da língua Portuguesa, tanto em escolas oficiais, como em escolas privadas, conforme comprovado em reunião recente realizada com Direcção dos Serviços de Educação e de Desenvolvimento da Juventude (DSEDJ), tendo muitos deles prosseguidos os seus estudos em Universidades Portuguesas, em Lisboa, Porto e Coimbra.

A Presidente Rita Santos referiu também que existem muitas associações de matriz Portuguesa, em Macau, que têm organizado actividades culturais, recreativas, sociais e económicas, para a promoção da imagem de Portugal em quase todas as províncias do interior da China, em Macau e em Hong Kong. A Presidente explicou ainda ao Secretário de Estado que tencionava reunir com todas as associações e outras instituições de matriz Portuguesa, antes da reunião por videoconferência no dia 23 de Junho, mas devido às restrições impostas pela pandemia do novo Coronavirus (COVID-19), estes encontros foram limitados aos dirigentes de três Associações, nomeadamente a Casa de Portugal em Macau (CPM), Presidente Dra. Amélia António, a Associação dos Macaenses, Presidente Dr. Miguel de Senna Fernandes, e Associação dos Jovens Macaenses, Presidente Dr. António Monteiro.

Em seguida, Rita Santos apresentou um resumo dos trabalhos desenvolvidos pela Casa de Portugal de Macau, que organiza actividades culturais, recreativas e cursos de formação, congregando os residentes em Macau de nacionalidade Portuguesa e os amigos interessados na cultura Portuguesa de qualquer nacionalidade. Embora a Casa de Portugal de Macau tenha benefeciado, regularmente, do apoio financeiro do Governo da RAEM, esta instituição foi afectada financeiramente, tal como outras instituições de matriz Portuguesa, pelos obstáculos burocráticos associados aos apoios de que a Associação depende, resultantes do abrandamento da economia local, provocado pela pandemia, em 2020. Transmitiu também a necessidade de simplificar os procedimentos de candidatura de apoios financeiros às Associações, por parte do Governo de Portugal, permitindo o concurso de instituições de matriz Portuguesa, de Macau.

O Sr. Secretário de Estado respondeu que está em curso um plano de simplificação de procedimentos por forma a que todas as associações de matriz Portuguesa possam concorrer a esses subsídios.

A Presidente referiu também que tendo em consideração o historial de lusodescendentes, nascidos em Macau, que há mais de 5 gerações defendem a cultura e a imagem de Portugal, em preparação para a videoconferência, se reuniu com o Presidente da Associação dos Macaenses, Dr. Miguel de Senna Fernandes, que enalteceu o esforço da comunidade Macaense na manutenção da identidade cultural de origem portuguesa, ao longo de vários séculos, desempenhando um papel essencial na promoção da cultura e laços comerciais entre Portugal e a China Continental, Macau e Hong Kong, pelo que os Macaenses têm Portugal no coração.

Relativamente à Associação dos Jovens Macaenses, a Presidente salientou que a continuidade da cultura e da língua Portuguesa depende da acção continuada dos jovens Macaenses, tendo explicado que o Presidente António Monteiro, apesar de recentemente eleito, continuará o trabalho da Associação na manutenção da cultura Macaense (resultante do entrecruzamento das culturas Portuguesa e Chinesa) e que manifestou interesse em estreitar as relações comerciais e culturais com as associações de jovens empresários de Portugal.

4. Apoio ao Consulado Geral no atendimento aos Portugueses residentes em Macau e Hong Kong, na prestação de informações aos cidadãos Portugueses sobre assuntos relacionados com a nacionalidade e renovação de documentos, maioritariamente Portugueses que não dominam a língua portuguesa (dificultando o acesso electrónico aos serviços); Insuficiência de recursos humanos nos consulados e salários baixos dos trabalhadores; Alteração do factor de correcção cambial (actualmente 5%) para os funcionários do Consulado Geral de Portugal em Macau e Hong Kong

A Presidente do Conselho Regional da Ásia e Oceânia, Rita Santos, transmitiu ao Secretário de Estado das Comunidades que os cerca de 170 mil Portugueses, residentes em Macau e Hong Kong, a maioria dos quais adquiriu a nacionalidade Portuguesa, devido a questões históricas, e de territorialidade, conforme o acordado nas reuniões do Grupo de Ligação, e constante na Declaração Conjunta, para a qual contribuiram, com a sua opinião, a Comendadora Rita Santos e o deputado José Pereira Coutinho, a convite do Chefe da delegação Portuguesa, Embaixador António Santana Carlos, continua, conjuntamente com os residentes de Macau, oriundos de Portugal, a constituir o universo de Portugueses que se manteve após a transferência de soberania do território para a República Popular da China, e do estabelecimento da Região Administrativa Especial de Macau, em 1999.

Neste contexto, o Gabinete dos Conselheiros das Comunidades do Círculo da China, Macau e Hong Kong, tem apoiado o Consulado Geral de Portugal em Macau e Hong Kong no atendimento dos Portugueses para prestação de informações relativamente aos documentos necessários para a renovação do cartão de cidadão, passaporte, aquisição de nacionalidade por casamento e nascimento, aquisição de nacionalidade dos netos com avôs Portugueses, bem como outras informações relativas aos cursos superiores em Portugal. Este apoio, em concordância com o acordo do Consulado Geral de Portugal em Macau e Hong Kong, aos Portugueses que não dominam a língua Portuguesa, processa-se através de um sistema informático on-line, em funcionamento no Consulado, que beneficia do suporte da Língua Cinesa, e que foi implementado por iniciativa do anterior Cônsul-Geral, Dr. Vitor Sereno.

O Gabinete do Conselho das Comunidades Portuguesas da China, Macau e HK tem mantido ainda reuniões periódicas com o Cônsul-Geral, Embaixador Paulo Cunha Alves, para a resolução de casos pontuais, e urgentes, de pedidos dos Portugueses residentes de Macau, relativamente a assuntos relacionados com a nacionalidade e renovação de documentos.

A Presidente Rita Santos tem comunicado regularmente, a todos os Secretários de Estados, os problemas relacionados com a escassez de recursos humanos do Consulado Geral de Portugal em Macau e Hong Kong, bem como a dificuldade de recrutamento do pessoal para o quadro, relembrando que para o último concurso do Consulado, para um posto de trabalho na categoria de Assistente Técnico, a remuneração mensal oferecida era apenas de 1.139,82 Euros, o que, com a dedução de impostos, se traduz em cerca de 900 Euros, correspondendo apenas a um salário de um trabalhador de limpeza num Hotel em Macau.

Neste enquadramento, a Presidente Rita Santos, tinha manifestado a sua discordância, há 3 anos, junto do ex-Secretário de Estado de Estado, Dr. José Luís Carneiro, após o anúncio, no Conselho Permanente das Comunidades Portuguesas, em Lisboa, relativamente à imposição do factor de correcção cambial de 5%, para os salários dos funcionários do Consulado Geral de Portugal em Macau e Hong Kong, equiparando Macau ao interior da China, devido a Macau ser uma Região Administrativa Especial, com a autonomia administrativa e financeira, e um PIB per capita, ao tempo, situado como o 4º a nível mundial.

Reforçando a sua posição, Rita Santos transmitiu ao actual Secretário de Estado os seguintes dados estatísticos sobre Macau:

- Remuneração Média Quadros (Q 2021)
 - Directores e quadros dirigentes de empresas MOP 51.330,00, cerca de 6.100 Euros;
 - Técnicos e profissionais de nível intermédio MOP 27.270,00, cerca de 3.200 Euros;
 - Empregados administrativos MOP 22.390,00, cerca de 2.630 Euros;
 - Aluguer mensal de um apartamento de um quarto no centro MOP.10.000,00, cerca de 1.200 Euros;
- Despesas mensais em consumo (Estimativa 2021)
 - Por agregado familiar ~MOP 40.000,00, cerca de 4.700 Euros;
 - Per-capita ~ MOP 15.000,00, cerca de 1.760 Euros
 - PIB per capita de Macau (em 2021) MOP 350.445,00 / ano, cerca de 42.000 Euros;

Com um salário médio líquido de 900 Euros, dificilmente um funcionário do Consulado consegue sobreviver condignamente, razão pelo qual após, e no caso referido anteriormente, o Assistente Técnico contratado optou por aceitar outra oferta mais competitiva.

O Secretário de Estado das Comunidades, Paulo Cafôfo, respondeu que iria fazer uma nova revisão do factor de correcção cambial, uma vez que tem conhecimento que, para além de Macau, muitos outros países enfrentam este tipo de dificuldades, devido à desvalorização da moeda local e do aumento dos preços dos bens essenciais, pelo que os salários dos funcionários das Embaixadas, e dos Consulados, não se coadunam com o custo de vida destes países.

5. Apoio do Consulado Geral de Portugal em Macau e Hong Kong para realização de provas de vida ao aposentados e pensionistas que recebem pensões da Caixa Geral de Aposentações

A Presidente do Conselho Regional da Ásia e Oceânia informou o Secretário de Estado das Comunidades das Comunidades que os dirigentes da Associação dos Trabalhadores da Função Pública de Macau (ATFPM), nomeadamente a Presidente da Mesa da Assembleia Geral, a própria Rita Santos, e o Presidente da Direcção, José Pereira Coutinho (actual deputado da Assembleia Legislativa de Macau), têm acompanhado, durante o período da transição, e após do estabelecimento da Região Administrativa Especial de Macau, o pagamento das pensões, por parte de Portugal, a todos os funcionários que se aposentaram antes da transferência da soberania de Macau para a RPC. Nas reuniões de trabalho com o Ex-Secretário de Estado para os Assuntos Fiscais, Dr. António Carlos Santos, os dirigentes da ATFPM solicitaram a insenção do IRS, para os aposentados e pensionistas que decidiram continuar a residir em Macau, assunto resolvido através de um despacho administrativo do ex-Secretário de Estado, para entrar em em vigor durante período da transição. Actualmente, o pagamento do IRS destes aposentados, e pensionistas, que recebem as pensões através da CGA, rege-se pela Convenção entre o Governo de Portugal e o Governo de Macau para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, pelo que, anualmente, os Conselheiros das Comunidades de Macau prestam também apoio aos quase dois mil aposentados, e pensionistas, para preenchimento do formulário da Autoridade Tributária e Aduaneira, de Portugal, para efeitos de isenção do IRS, num processo em que o Consulado Geral de Portugal em Macau e Hong Kong contribui com a designação de um funcionário, destacado para o gabinete do CCP de Macau, para a realização presencial da prova de vida. Este ano, devido às restrições impostas pela pandemia do novo Coronavírus (Covid-19), a realização da prova de vida foi adiada para 11 a 15 de Julho do corrente ano.

6. Confirmação do aumento das pensões, conforme anúncio feito pelo Primeiro-Ministro, António Costa, nos meios de comunicação social

Os Conselheiros das Comunidades Portuguesas têm reivindicado o aumento das pensões dos aposentados, e pensionistas, residentes em Macau, que recebem em Euros, junto das autoridades Portuguesas, face à desvalorização da Pataca e à subida da taxa da inflação em Macau.

Neste contexto, solicitamos o aumento destas pensões, através de cartas enviadas ao Primeiro-Ministro de Portugal, Dr. António Costa, bem como em reuniões mantidas, em Portugal, pela Presidente do Conselho Regional da Ásia e Oceania, Rita Santos, e pelo Presidente da Direcção da ATFPM, José Pereira Coutinho, com os Ministros e Secretários Estados da tutela.

Os Conselheiros das Comunidades Portuguesas do Círculo da China, Macau e Hong Kong apoiam a afirmação do primeiro-ministro, António Costa, que assegurou esta última segunda-feira, dia 20 de Junho, durante uma emissão especial de um programa televisivo, "que o Governo não deixará de cumprir a lei para que o valor das pensões no próximo ano 'possam ter um aumento histórico', por efeito conjugado da drástica subida da inflação e do elevado crescimento económico registado este ano".

A Presidente Rita Santos solicitou ao Secretário de Estado das Comunidades, Dr. Paulo Cafôfo, que comunicasseaos Conselheiros, em tempo apropriado, a situação da evolução da proposta de aumento das pensões, que para alguns pensionistas em Macau se cifra em apenas 500 euros por mês.

7. Pedido de informação sobre o ponto de situação do recurso ao voto electrónico nas eleições para o Conselho das Comunidades Portuguesas (CCP) e a data da realização das eleições

O Secretário de Estado das Comunidades, Dr. Paulo Cafôfo, informou que o voto electrónico seria um teste a ser implementado num país a definir, mantendo-se, no entanto, em Macau, o processo por voto presencial, tendo a Comendadora Rita Santos comunicado ao Dr. Paulo Cafôfo que para todos os actos eleitorais para a Presidência da República, Assembleia da República, e Conselho das Comunidades, o Gabinete do CCP de Macau tem enviado voluntários Portugueses belingues para apoiar nas secções de voto, a solicitação do Consulado Geral de Portugal em Macau e Hong Kong.

Ainda sobre a participação dos cidadãos Portugueses de Macau, nas diversas eleições Portuguesas, o Sr. Secretário de Estado das Comunidades aproveitou a oportunidade para relembrar que o registo nos cardernos eleitorais fica apenas suspenso caso os Portugueses não exerçam o direito de voto, por duas vezes, sugerindo aos Portugueses, residentes em Macau e Hong Kong, que actualizem as suas moradas junto do Consulado.

Quanto à data da realização das eleições para para o Conselho das Comunidades Portuguesas (CCP), estas serão anunciadas oportunamente pelo Secretário de Estado das Comunidades, após auscultação de todos os Conselhos Regionais. O Conselho Regional da Ásia e Oceânia (CRAO) respondeu que era de opinião que este acto eleitoral se deveria processar com a brevidade possível, sem dependência da alteração da lei eleitoral, que segundo a opinião do Secretário de Estado das Comunidades, iria demorar algum tempo.

8. Propostas de melhorias das eleições da Assembleia da República face às deficiências nas últimas eleições

A Presidente Rita Santos comunicou ainda que muitos dos Portugueses não receberam, ou receberam tardiamente, e fora do prazo das eleições, os boletins dos votos para as últimas eleições para a Assembleia da República. O Secretário de Estado das Comunidades respondeu que iria analisar a situação juntamente com o Ministério competente.

9. Eliminação do representante fiscal em Macau

A Presidente Rita Santos explicou que os residentes de Macau estão ainda obrigados a designar os respectivos representantes fiscais, embora possam comunicar por via electrónica, com a Autoridade Tributária e Aduaneira de Portugal.

O Sr Secretário de Estado das Comunidades prometeu que iria obter informação mais detalhada sobre o assunto, e que abordaria este assunto numa futura oportunidade.

10. Participação activa nas actividades organizadas pelo Consulado Geral de Portugal em Macau e Hong Kong, nas celebrações do dia 10 de Junho, Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas

A Presidente Rita Santos informou o Secretário de Estado das Comunidades que a Comunidade Portuguesa de Macau participou activamente nas actividades organizadas anualmente pelo Consulado Geral de Portugal em Macau e Hong Kong, durante a celebração do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, no dia 10 de Junho.

Mais adiantou a Presidente Rita Santos, que pese embora a situação pandémica no território, a cerimónia do hastear da bandeira, pelas 9H00, no dia 10 de Junho de 2022, foi a que registou maior participação, desde o estabelecimento da RAEM, com mais de 120 portugueses a cantar o Hino Nacional, tendo Rita Santos aproveitado a ocasião para endereçar um convite ao Sr. Secretário de Estado das Comunidades para visitar Macau, assim que se verifique uma evolução positiva da situação epidemiológica, causada pela pandemia da doença Covid-19, com o fim das actuais restrições. O Sr. Secretário de Estado das Comunidades congratulou pela demonstração de cidadania da comunidade Portuguesa em Macau e prometeu visitar o território, tão breve quanto possível .

A Presidente do Conselho Regional da Ásia e Oceania das Comunidades Portuguesas, Rita Santos